

ANEXO À RESOLUÇÃO CONSUNI/UNILAB Nº 214, DE 22 DE JUNHO DE 2026

TERMO DE ADESÃO

Termo de Adesão que celebra KILVIA HELANE CARDOSO MESQUITA com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, com vistas à prestação de serviço voluntário, nos termos da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Pelo presente Termo de Adesão, KILVIA HELANE CARDOSO MESQUITA, [REDACTED]

condições [REDACTED]

O(a) docente prestador do serviço voluntário exercerá suas atividades junto ao IEAD - Instituto de Educação à Distância e ao Curso de Administração Pública Ead, submetido a uma jornada semanal de 20 horas.

A atividade a ser exercida pelo(a) docente consistirá em administrar disciplinas de acordo com meu setor de estudo.

A prestação de serviço realizada pelo(a) docente não será remunerada e não gerará vínculo empregatício ou funcional com a Universidade, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, nos termos da Lei nº 9.608/98.

Parágrafo único: Se a docência como colaborador(a) voluntário(a) for vinculada também a cursos ou a disciplinas na modalidade a distância, com recursos e bolsas de órgãos de fomento ou financiadas por instituições privadas, o(a) docente voluntário(a) poderá vir a receber bolsa acadêmica, quando e se o mesmo programa oferecer as bolsas acadêmicas para os professores efetivos. Nesse caso, o(a) docente colaborador(a) voluntário(a) assinará também o Termo de Compromisso específico de bolsista, que será anexado ao Termo de Adesão original, junto à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

O(A) docente exercerá suas atividades sob subordinação hierárquica ao Curso de Administração Pública na Modalidade a Distância do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA.

O(A) docente não poderá votar nem ser votado para quaisquer cargos de administração ou representação no âmbito da Universidade.

O(A) docente poderá participar das reuniões do setor onde presta serviços, com direito a voz e sem direito a voto.

O(A) docente compromete-se, durante o período da prestação de serviço voluntário, a observar e cumprir a legislação federal e as normas internas da Universidade, sob pena de suspensão da prestação do serviço, assegurando-se lhe, em todos os casos, o direito ao contraditório e a ampla defesa.

A prestação de serviço voluntário dar-se-á pelo período de até 02 (dois) anos a contar da data do presente Termo de Adesão, permitida a prorrogação nos termos da **RESOLUÇÃO CONSUNI/UNILAB Nº 214, DE 22 DE JUNHO DE 2026**.

O(A) docente poderá ter custeadas as despesas que comprovadamente precisará realizar no exercício de suas atividades, na forma da Lei.

As despesas a serem custeadas deverão estar expressa e previamente autorizadas pelo dirigente do Setor a que for prestado o serviço voluntário e serão de responsabilidade do Setor.

O(A) prestador(a) de serviço voluntário zelará pela conservação da coisa pública, pela economia de material, sendo-lhe vedado o uso de pessoal ou recursos materiais da Unilab em serviços ou atividades particulares.

Nos casos de dolo ou culpa da administração, esta se responsabilizará pelos danos sofridos pelos agentes voluntários ocorridos nas suas dependências ou no exercício de atividades estritamente correlacionadas com seu desempenho.

Parágrafo único: São, ainda, excludentes de responsabilidade da administração o caso fortuito, a força maior e a culpa exclusiva do terceiro.

O(A) prestador(a) de serviço voluntário responderá civil e penalmente pelos danos causados ao patrimônio da Unilab que esteja sob sua guarda e responsabilidade, devendo restituir os bens que lhe forem entregues, nas mesmas condições que os recebeu.

O(A) prestador(a) de serviço voluntário estará sujeito(a) ao cumprimento de ordens superiores, devendo obediência hierárquica. Deverá observar as normas legais e regulamentares que regem as atividades da Unilab.

Este termo de adesão poderá ser cancelado a qualquer tempo, por iniciativa de ambas as partes, bastando para isso que uma das partes notifique a outra.

O foro competente para dirimir dúvidas ou litígios oriundos do presente instrumento é o da Justiça Federal, Seção Judiciária do estado do Ceará ou Bahia, a depender do Campus onde for prestado o serviço voluntário, e nos termos do inciso I, art. 109, da Constituição Federal.

E por assim se acharem justas, as partes assinam este termo de adesão, em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Fortaleza, 31 de agosto de 2026.

Documento assinado digitalmente
 KILVIA HELANE CARDOSO MESQUITA
Data: 31/08/2026 10:31:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do(a) Voluntário(a)

Assinatura do(a) Diretor(a)/Reitor(a)